

Algumas Considerações Sobre o Papel da Europa na Ordem Mundial

José Pereira da Costa

Instituto de Estudos Europeus / Universidade Livre de Bruxelas

Quais as perspectivas de saída para o dilema em que a Europa se encontra actualmente na sua política externa, entre desenvolver uma Política Comum de Segurança e Defesa, no âmbito da PESC (Política Externa e de Segurança Comum), como é referido nos tratados, ou reforçar o seu papel de Potência Civil, influenciando por meios pacíficos a política mundial, reforçando o multilateralismo, através de um sistema de relações inter-regionais, que desde há algum tempo vem desenvolvendo?

Desde o fim da guerra-fria que a identidade da Europa se modificou, passando de um simples aliado dos Estados Unidos na luta contra a União Soviética, pela supremacia mundial, a uma entidade política e economicamente autónoma. O processo resultante da transformação do Mercado Comum das primeiras décadas em Mercado Interno Europeu nos anos 90 tornou-a na maior potência económica mundial. Poder económico significa capacidade de influência na política mundial. A Europa abriu-se ao mundo e o mundo abriu-se à Europa porque deixou de estar dividido entre dois blocos que se opunham. As organizações regionais e inter-regionais, muitas delas concretizando o que já era apontado na Carta das Nações Unidas de 1945, expandiram-se durante a década de 1990, agregando países e regiões que procuram objectivos económicos e políticos comuns. A Europa serve de exemplo, mas não só. Ela própria participa activamente neste movimento, como é o caso da ASEM (Ásia-Europe Meeting), criada em 1996, que reúne periodicamente 38 países dos dois continentes, estabelecendo um diálogo político, cooperação económica e cultural. Em 2006, em Helsínquia, foi aprovada também a participação da Índia, Paquistão e Mongólia. Outras organizações criadas durante a guerra-fria, como a ASEAN, em 1967, puderam na década de 1990 receber países que se encontravam do lado comunista como o Vietname, o Laos e o Camboja. A CSCE (Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa), criada em 1975, reúne actualmente 56 países oriundos de três continentes. A nova União Africana, que no ano 2000 sucedeu à OUA, inspirou-se na União Europeia e recebe desta ajuda financeira e institucional. A própria Mercosul, criada em 1991 e institucionalizada em 1994, tem objectivos confessadamente semelhantes aos da União Europeia. Esta é o maior contribuinte mundial no apoio aos países em desenvolvimento, com cerca de 55 % da ajuda total. Em África, pelo menos desde os anos 70, é o principal doador de fundos para o desenvolvimento, com um programa de cooperação organizado com os chamados países ACP, (África, Caraíbas e Pacífico), no âmbito dos acordos de Lomé, reformulados em Cotunu, no ano 2000. É de longe a potência com mais influência neste continente, pese embora a crescente presença da China. No Médio-Oriente, zona central de conflitos por resolver, foi a Comissão Europeia que ajudou a criar política e financeiramente a Alta Autoridade Palestiniana que, apesar de todas as vicissitudes, continua a ser o embrião de um possível Estado independente, o que trouxe algumas perspectivas de solução para o confronto mais geral entre árabes e israelitas, resultante da criação do Estado de Israel em 1948.

Mas a Europa não granjeou um grande poderio militar enquanto potência mundial. Desde, o fim da guerra-fria que este tema é tratado nas instâncias comunitárias e várias tentativas de reformulação foram apresentadas, como a da transformação da praticamente inexistente UEO (União da Europa Ocidental) num pilar europeu da NATO. Entretanto, em 1992, o Tratado de Maastricht institucionalizaria, na sua segunda parte, uma nova Política Externa e de Segurança Comum, capaz de desenvolver mais tarde uma Política Comum de Segurança e Defesa. As guerras da Jugoslávia, durante a década de 90 do século passado, iriam mostrar a fragilidade da Europa neste campo, incapaz de encetar qualquer acção militar relevante nas hostilidades que se desenrolaram às suas portas. Também nos meses

que antecederam o desencadear da segunda guerra do Iraque, em Março de 2003, a coordenação da política externa europeia, a uma só voz, como mandam os tratados, simplesmente não existiu. Acresce que, depois da aprovação do novo Tratado Constitucional pelos governos dos Estados membros, mas com o resultado negativo dos referendos em França e na Holanda, em Maio e Junho de 2005, a crise se tornou não apenas a da ausência de uma política externa comum mas do conjunto das instituições. Que se desencadeia no momento histórico do alargamento aos dez novos países da Europa de Leste e do Mediterrâneo, em Maio de 2004, e à Roménia e Bulgária em Janeiro de 2007, quando precisamente, pela primeira vez, a União funciona à escala continental. Dir-se-ia que os quinze anos de desenvolvimentos políticos, desde a emancipação dos países europeus que viviam na órbita da ex-União Soviética, não chegaram para uma integração sem sobressaltos. As divergências sobre a intervenção dos Estados Unidos no Iraque foram o primeiro sinal de crise nesta nova Europa a vinte e sete. No entanto, apesar desta situação, dos países ainda não aderentes, na Europa do Sudeste, nenhum se manifesta contrário à adesão. E a própria Turquia, cuja possível adesão é motivo de controvérsia, mantém-se firme às portas da União. Fora da Europa, as novas grandes potências mundiais, que já estão a marcar o século XXI, como a China, a Índia e o Brasil, encaram a União, *à tort ou à raison*, como um contra-poder à hegemonia mundial dos Estados Unidos da América, construída depois do fim da guerra-fria.

Por fim, nos próprios Estados Unidos da América, a União Europeia é vista nalguns meios como uma potência económica e politicamente rival, desde que, à Política Externa e de Segurança Comum se juntou o lançamento do Euro. Em 1995, é criada a OMC, (Organização Mundial do Comércio), actualmente com 150 membros, que, ao contrário das instituições que a precederam, Kennedy Round, Uruguay Round, etc., no âmbito das Nações Unidas, tem um papel vinculativo nas negociações comerciais multilaterais. Com o aumento significativo da abertura dos mercados mundiais, as relações comerciais intensificaram-se e à OMC é atribuído um papel regulador desta actividade, com o seu Órgão Regulador de Conflitos. É nestas condições, e perante o desaparecimento da União Soviética, dando lugar a uma Rússia apenas com influência regional, que a União Europeia aparece aos olhos dos americanos como uma potência económica rival, com a perspectiva de se tornar a curto prazo, também, numa grande potência da política mundial *tout court*. Para além das divergências graves, já referidas, surgidas entre os dois blocos, imediatamente antes da invasão do Iraque em 2003, no campo económico e comercial são inúmeros os conflitos registados no seio da OMC, desde que aquela organização foi criada há dez anos atrás, (ver o meu estudo a este respeito, publicado no *JANUS 2004*). Isto, a despeito de, já com a Comissão Barroso, se ter avançado na concretização de um Espaço Económico Euro-Atlântico, do qual uma das principais manifestações recentes é o importante acordo “Open-Skies”.

A União Europeia tem sido construída à medida das possibilidades e vicissitudes das políticas europeia e mundial e não a partir de um quadro de realizações programadas, como alguns pretenderiam. Uma política de integração a seis, a doze, a quinze ou, actualmente, a vinte e sete países não é tarefa fácil. Alguns dizem que o elemento militar é essencial para a afirmação da UE no mundo. Esquecem-se que a maior potência militar, apesar de todo o seu poderio, perdeu duas guerras no espaço de uma geração: no Vietname e no Iraque. E que no mundo em que vivemos actualmente a supremacia dos grandes países e blocos não está a ser feita à custa do seu poderio militar, mas através da sua capacidade de adaptação aos condicionalismos da globalização.